

# O ENTENDIMENTO DE PAZ NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E SUAS CRÍTICAS: DA PAZ LIBERAL À PAZ HÍBRIDA

## THE UNDERSTANDING ABOUT PEACE IN INTERNACIONAL RELATIONS AND ITS CRITIQUES: FROM LIBERAL PEACE TO HYBRID PEACE

**Devlin Biezus<sup>1</sup>**

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política  
Universidade Federal do Paraná  
Curitiba – Paraná – Brasil

**Resumo:** As operações de paz são objetos de diversos debates e críticas no campo de Relações Internacionais. Essas discussões permitem que observamos como o processo de construção de paz é conduzido e racionalizado internacionalmente. O objetivo desse artigo é demonstrar como as mudanças de entendimento de paz se refletem nas operações de paz das Nações Unidas, relacionando-as com as críticas da literatura que abrangem a paz liberal e também da virada local. A metodologia utilizada são as técnicas qualitativas de análise documental de fontes primárias. O artigo está estruturado em três seções. A primeira seção apresenta a operacionalização das operações de paz durante o período da Guerra Fria. A segunda seção discute as mudanças das operações após a Guerra Fria, apresentando o contexto e a lógica internacional que possibilitaram o desenvolvimento da construção da paz e salientando as principais críticas às operações de paz. Por fim, a última sessão insere a crítica da virada local às operações de paz, destacando o conceito do hibridismo e da paz híbrida.

**Palavras-chave:** Construção da paz. Críticas à construção da paz. Virada local. Hibridismo.

**Abstract:** Peace operations are subject of several debates and critics in the International Relations studies. These debates allow us to observe how the peacebuilding process is conducted and internationally rationalized. The aim of this paper is to demonstrate how the changes of the understandings about peace reflect on the United Nations' peace operations, relating those changes with the critiques for liberal peace and the local turn studies. The paper is structured in three sections. The first section presents the practices of peace operations during the Cold War period. The second section discusses the changes on the peace operations after de Cold War, and it presents the context and international logic that made them possible, pointing out the main critiques about peace operations. At last, the final section presents the local turn critique, focusing on the concepts of hybridism and hybrid peace.

**Key-words:** Peacebuilding. Peacebuilding critiques. Local turn. Hybridism.

**Recebido:** 24/08/2019

**Aprovado:** 26/01/2020

### Introdução

As operações de paz das Nações Unidas podem ser definidas como uma ferramenta de gerenciamento de conflitos e promoção de segurança e paz em âmbito internacional (HERZ; HOFFMANN & TABAK, 2015, p. 84). Dentre os instrumentos usados pelas operações de paz está

---

<sup>1</sup> devlinbiezus@gmail.com

a construção da paz. Segundo as Nações Unidas, a construção da paz envolve medidas que visariam reduzir o risco do conflito violento após um acordo de paz. Para isso, as Nações Unidas buscam implementar medidas que afetem o funcionamento da sociedade e do Estado com o intuito de tornar as instituições estatais mais eficazes e legítimas (NAÇÕES UNIDAS, 2008, p. 17-18).

O presente artigo analisa os principais entendimentos sobre a paz das Nações Unidas e como eles foram materializados em suas operações de paz. Para isso, apresenta-se o contexto das operações de paz durante a Guerra Fria e as mudanças passadas pelas operações após esse período, delineando como a construção da paz passou a ser utilizada como um instrumento dessas operações. Ainda, o artigo trata das principais limitações e críticas direcionadas às operações de paz, destacando a crítica ao entendimento da paz liberal como forma dominante de aplicação das operações de paz. Dentre essas críticas, estão os estudos da virada local, que além de problematizarem a paz liberal também questionam a maneira em que estruturas, culturas e normas locais são desconsideradas nas operações de construção da paz. Dessa forma, o trabalho se estrutura em três seções principais. A primeira seção apresenta as operações de paz das Nações Unidas durante o período da Guerra Fria. A segunda seção discute como as mudanças estruturais do pós-Guerra Fria influenciaram e modificaram o entendimento de paz das Nações Unidas, além de analisar criticamente o entendimento de paz inerente à construção da paz. A terceira seção, por sua vez, apresenta a crítica dos estudos da virada local para a construção da paz, destacando o conceito do hibridismo e da paz híbrida.

### **1. As Operações de Paz na Guerra Fria: a manutenção tradicional da paz**

As Nações Unidas afirmam no primeiro capítulo de sua Carta fundadora que seu propósito é manter a paz e a segurança internacional, prevenindo e removendo qualquer ameaça à paz por meio de medidas coletivas eficazes (NAÇÕES UNIDAS, 1945). Diplomacia preventiva, mediação, operações de manutenção e construção da paz são exemplos dos instrumentos utilizados pelas Nações Unidas para operacionalizar seu propósito. Segundo as Nações Unidas, as operações de paz são “*Field operations deployed to prevent, manage, and/or resolve violent conflicts or reduce the risk of their recurrence*” (NAÇÕES UNIDAS, 2008, p. 98). Contudo, o entendimento das Nações Unidas em como mitigar um conflito violento passou por modificações ao longo da instrumentalização das operações de paz, transformando a natureza e os objetivos dessas operações (KENKEL, 2013, p. 123). Essa seção ilustra as principais diferenças entre essas transformações, buscando demonstrar como o contexto internacional da Guerra Fria as influenciaram e como a crítica acadêmica dos Estudos para a Paz se relaciona com essa evolução.

As operações de paz tiveram seu início no final de década de 1940. Durante o período da Guerra Fria, tais operações de paz foram instrumentalizadas por meio da manutenção tradicional da paz. As Nações Unidas definem a manutenção tradicional da paz como operações conduzidas com o consentimento das partes em conflito em que forças e equipes das Nações Unidas monitoram o cessar-fogo entre as partes beligerantes, enquanto mediadores buscam uma solução política para o conflito (NAÇÕES UNIDAS, 2008, p. 99). Nesse sentido, esse tipo de operação atua como uma contenção do conflito violento por meio de seu congelamento. Isso significa que a manutenção tradicional da paz busca evitar a quebra de tréguas entre as partes beligerantes (RYAN, 2000, p. 27).

Algumas das operações de destaque nesse período foram durante a Crise de Suez, no Egito (1956), no Líbano (1978) e no Chipre (1964). A maioria das forças de manutenção da paz no período da Guerra Fria foi empreendida no Oriente Médio. Nessa região, Estados Unidos e União Soviética apoiavam diferentes países que faziam parte de suas esferas de influência, portanto, dificultando a mediação de conflitos por um terceiro país. Por essa razão, o papel de intermediação das Nações Unidas e sua neutralidade entre as partes eram vistos pelas potências como componentes importantes para o gerenciamento de crises (BELLAMY & WILLIAMS, 2009, p. 42; RYAN, 2000, p. 27). Como o gerenciamento de crises é o cerne das atividades da manutenção tradicional da paz, Johan Galtung (1976, p. 282) define essas operações como dissociativas porque seu objetivo é promover o distanciamento entre os antagonistas do conflito por meio do patrulhamento de fronteiras, do monitoramento do cessar-fogo e da supervisão da retirada das forças em conflito da área. Para operacionalizar a manutenção tradicional da paz, as Nações Unidas dispunham de militares pouco armados que atuavam como observadores da trégua do conflito violento. Dentre suas responsabilidades, destacam-se: 1) o monitoramento das zonas neutras entre as forças beligerantes; 2) a construção de confiança entre as partes beligerantes; 3) a manutenção do cessar-fogo; e 4) apoio nas negociações entre as partes beligerantes (KEMER; PEREIRA & BLANCO, 2016, p. 138).

O objetivo e as atividades da manutenção da paz durante a Guerra Fria estavam fundamentados em três principais lógicas: 1) o consentimento; 2) a imparcialidade e 3) o uso mínimo da força. Bellamy e Williams (2009, p. 3) denominaram esses princípios como a ‘santíssima trindade’ das operações de manutenção da paz. O primeiro princípio da trindade, o consentimento, refere-se à permissão dada pela autoridade territorial onde o conflito se encontra. As Nações Unidas apenas conseguiriam atuar caso houvesse permissão para entrar no local. Caso a permissão fosse retirada, as forças da manutenção da paz deveriam se retirar do território (DIEHL, 2008, p. 6). O segundo princípio, imparcialidade, representa a neutralidade das forças das Nações

Unidas, uma vez que elas não tomam nenhum lado das partes beligerantes. Portanto, não há uma designação de quem é o lado agressor. Por fim, o princípio de uso mínimo da força indica que as forças de manutenção da paz devem restringir o uso de violência armada, sendo permitida apenas para autodefesa (DIEHL, 2008, p. 7). Esses princípios são consonantes ao Artigo 2 da Carta das Nações Unidas. Segundo o Artigo, a Organização se baseia em princípios da igualdade soberana de seus membros. Ainda, o Artigo apresenta que as Nações Unidas não intervirão em assuntos que dependem da jurisdição interna de cada Estado (NAÇÕES UNIDAS, 1945, p. 6-7).

Além de serem consonantes à Carta das Nações Unidas, os princípios da manutenção tradicional da paz também refletem a lógica internacional sobre o entendimento de paz vigente no período da Guerra Fria. Nesse período, paz e segurança eram compreendidas a partir de uma perspectiva estadocêntrica, militarizada e garantida a partir da balança de poder. Dessa forma, a prioridade no cenário internacional era respeitar os princípios da soberania nacional – o que incluía a não intervenção nos assuntos internos do Estado (GUERRA & BLANCO, 2018, p. 8). A natureza de contenção do conflito violento está diretamente relacionada com a estrutura política internacional e a lógica bipolar da Guerra Fria. Tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética buscavam manter a integridade de suas esferas de influência. Assim, qualquer interferência de alguma das potências poderia ser compreendida como uma tentativa de expandir seu poder de influência (PARIS, 2004, p. 15).

Para além da conjuntura política internacional, a manutenção tradicional da paz também é fundamentada a partir do entendimento vigente sobre a paz. Tal entendimento é denominado por Oliver Richmond (2008, p. 99) como a primeira geração teórica dos estudos para a paz e conflitos. Nessa abordagem, o conflito é compreendido por um viés realista porque foca nos atores estatais, ignorando questões não voltadas aos atores não-estatais e também não problematizava as origens internas do conflito (RICHMOND, 2008, p. 99; BLANCO, 2014, p. 268). Essa abordagem reflete um entendimento da paz negativa, pois compreende a paz como a ausência de violência direta, como teorizada por Johan Galtung (1969, p. 167). Nesse sentido, as características das operações de manutenção tradicionais da paz, principalmente sua natureza de contenção do conflito violento, estão diretamente relacionadas com a estrutura política do período. A estrutura política internacional da Guerra Fria não permitia que as Nações Unidas promovessem qualquer modelo de governança doméstica. Tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética buscavam manter a integridade de suas esferas de influência (PARIS, 2004, p. 15).

As operações de manutenção tradicional da paz, de fato, reduziram as chances de uma guerra entre a Turquia e Grécia no Chipre e entre Israel e Síria no Líbano, por exemplo (RYAN,

2000, p. 27). Apesar disso, existem diversas limitações nessas operações. Galtung (1976, p. 283), já na década de 1970, argumentava que a manutenção da paz buscava reestabelecer o *status quo* anterior ao início do conflito. Sua crítica é que essa abordagem não se pergunta se esse *status quo* vale a pena ser preservado. Assim, a intenção de manter a paz se limita a promover a mera ausência da violência direta e não em superar a violência estrutural, por meio da superação das estruturas sociais ou políticas que causaram o conflito. Blanco (2014, p. 270) também identifica algumas limitações dessas operações, destacando três desvantagens fundamentais:

*1) las dificultades que les representa evitar que las partes beligerantes rompan los acuerdos de cese al fuego o hacer cumplir las resoluciones convenidas, 2) su ceguera ante una amplia variedad de temas, como la identidad, la fragilidad institucional y el subdesarrollo económico, o 3) su enfoque en soluciones de corto plazo y la falta de interés para atender las causas que dan origen a los conflictos violentos y que están profundamente arraigadas* (BLANCO, 2014, p. 270).

O final da Guerra Fria proporcionou mudanças tanto na prática das operações de paz quanto na racionalidade internacional acerca da paz e conflitos. A manutenção de paz, por exemplo, passou por transformações que a tornaram mais robusta, fazendo o uso da força e dispondo de atividades que vão além do âmbito de contenção do conflito violento (NAÇÕES UNIDAS, 2008, p. 98). É devido a essas transformações que as operações de manutenção da paz implementadas durante a Guerra Fria são denominadas como tradicionais, de modo a diferenciá-las da manutenção da paz operacionalizada após o período bipolar. Na próxima seção, será demonstrado como as mudanças das operações de paz das Nações Unidas foram desenvolvidas, relacionando-as também com a mudança no entendimento internacional sobre a paz.

## **2. As operações de paz no pós-Guerra Fria: da construção da paz às críticas da paz liberal**

As operações de paz das Nações Unidas passaram por modificações quantitativas e normativas após a Guerra Fria (BELLAMY & WILLIAMS, 2009, p. 42). Isso significa que as operações cresceram em número, o escopo de suas atividades ampliou e novos princípios normativos passaram a guiar essas operações (BELLAMY & WILLIAMS, 2009, p. 42). Entre os anos de 1989 e 1994, vinte novas operações de manutenção da paz foram estabelecidas (KEMER; PEREIRA & BLANCO, 2016, p. 139). Esse aumento pode ser explicado por duas principais razões. Primeiro, devido ao desligamento da política externa dos Estados Unidos e da ex-União Soviética com comprometimentos custosos, como o apoio econômico e militar para regiões que não seriam mais estratégicas em um sistema pós-Guerra Fria. Nesse sentido, as Nações Unidas ocuparam esse vácuo, atuando de maneira mais direta nos esforços de resolução de conflitos violentos (PARIS,

2004, p. 16). Como resultado, as operações de paz das Nações Unidas buscaram ir além da contenção dos conflitos violentos por meio da tentativa de construir uma paz positiva no âmbito internacional (BLANCO, 2014, p. 266). A nova abordagem das Nações Unidas na condução das operações de paz tem como base o que Oliver Richmond categorizou como a segunda geração teórica das resoluções de conflito (BLANCO, 2014, p. 275; RICHMOND, 2008, p. 101). Essa abordagem entende o conflito como um produto das estruturas sociais, econômicas e políticas que negam ou impedem necessidades básicas humanas. Assim, busca-se compreender as raízes do conflito violento a partir da perspectiva dos indivíduos (RICHMOND, 2008, p. 101).

O principal marco institucional das mudanças nas operações de paz pós-Guerra Fria é a divulgação do documento intitulado Agenda para a Paz (NAÇÕES UNIDAS, 1992). Em 1992, a Agenda para a Paz foi apresentada pelo secretário-geral das Nações Unidas, Boutros-Ghali. O documento foi responsável por institucionalizar as operações de paz no âmbito da organização, além de realizar uma análise e recomendações que pretendiam fortalecer sua capacidade de construir a paz nos Estados em situação pós-conflito. A Agenda para a Paz (NAÇÕES UNIDAS, 1992) trouxe um novo entendimento para as operações de paz porque ela ampliou suas atividades. Essas atividades começaram a ser aplicadas devido à mudança no entendimento internacional sobre a paz e como ela pode ser assegurada. A perspectiva sobre a paz superou um entendimento de simples contenção do conflito violento e passou a associar prescrições sobre como a paz poderia ser alcançada. Para as Nações Unidas, isso ocorreria por meio da democracia, dos direitos humanos e pelo desenvolvimento econômico e social (NAÇÕES UNIDAS, 1992, p. 1).

Logo em seu início, o documento faz menção às novas dimensões de insegurança do cenário pós-Guerra Fria. Nesse sentido, a Agenda para a Paz reconhece que as ameaças nucleares durante o período bipolar deram lugar a uma agenda mais ampla que discutia questões como destruição ambiental, pobreza, fome e refugiados (NAÇÕES UNIDAS, 1992, p. 2). Tais questões passaram a ser entendidas pelas Nações Unidas como fatores que deveriam estar englobados em seus esforços de construção de paz, estabilidade e segurança internacionais (NAÇÕES UNIDAS, 1992, p. 2). Para endereçar esse cenário mais complexo, a Agenda apontou quatro instrumentos a prevenir e solucionar conflitos e também preservar a paz: 1) a diplomacia preventiva; 2) a promoção da paz; 3) a manutenção da paz; e 4) a construção da paz (NAÇÕES UNIDAS, 1992, p. 4).

A diplomacia preventiva – como sua nomenclatura dá a entender – usa meios diplomáticos para identificar situações que podem resultar em um conflito violento. O objetivo é prevenir que o conflito se escale ou limitar sua disseminação, uma vez que o conflito violento já esteja iniciado (NAÇÕES UNIDAS, 1992, p. 4). O segundo instrumento, a promoção da paz, é definido como a

responsabilidade de buscar trazer as partes em conflito a um entendimento por meios pacíficos (NAÇÕES UNIDAS, 1992, p. 7). Alguns exemplos de meios pacíficos usados para a resolução de conflitos são apresentados no capítulo 6 da Carta das Nações Unidas, como negociação, mediação, arbitragem e resolução judicial (NAÇÕES UNIDAS, 1945). O terceiro instrumento, a manutenção da paz, é definido como a implementação de uma força das Nações Unidas em um território onde o conflito violento se estende, contando com o consentimento das partes. Como apresentado na seção anterior, essa operação visa prevenir o escalonamento do conflito e auxiliar na pacificação (NAÇÕES UNIDAS, 1992, p. 4). Contudo, a Agenda para a Paz compreende que a manutenção da paz deve ir além da participação militar das Nações Unidas para a contenção do conflito violento. Segundo o documento, funcionários civis, monitores de direitos humanos, e especialistas em assistência humanitária e em refugiados devem possuir um papel tão central na operação quanto os funcionários militares (NAÇÕES UNIDAS, 1992, p. 10). Por fim, o instrumento da construção da paz é definido como uma ação realizada após o conflito que busca identificar e apoiar estruturas que podem fortalecer a paz e evitar o relapso do conflito (NAÇÕES UNIDAS, 1992, p. 4). Dessa forma, a construção da paz deseja criar um ambiente pós-conflito que seja capaz de prevenir a reincidência da violência.

O instrumento da construção da paz é uma das principais evidências da modificação do entendimento de paz das Nações Unidas. Isso porque a construção da paz, segundo a Agenda, está voltada, não somente para o fim do conflito violento, mas também para a promoção de um desenvolvimento social e econômico (NAÇÕES UNIDAS, 1992, p. 11). Por isso, o documento promove projetos de agricultura, de melhorias em transporte e de programas educacionais que visem a esse desenvolvimento. Além disso, a Agenda para a Paz enfatiza que a conexão entre a paz e as práticas democráticas – o Estado de direito e a transparência política, por exemplo – contribuiriam para o alcance de uma paz duradoura, de um ambiente seguro e de uma ordem política estável. Portanto, para as Nações Unidas, elementos de boa governança deveriam ser promovidos em todos os níveis das comunidades políticas nacionais e internacionais (NAÇÕES UNIDAS, 1992, p. 11).

De modo a ilustrar como foi operacionalizado o que se havia proposto na Agenda para a Paz, podem-se destacar sete principais características das operações de construção da paz da década de 1990. Essas são: 1) promover os direitos civis e políticos, tais como liberdade individual, liberdade de expressão, de imprensa e de associação; 2) preparar e operacionalizar eleições democráticas; 3) redigir constituições nacionais; 4) capacitar oficiais da polícia e do judiciário; 5) transformar grupos paramilitares em partidos políticos democráticos; 6) eliminar as tarifas e barreiras do comércio para

a livre circulação de bens e capital dentro e fora das fronteiras do Estado; e 7) estimular o crescimento de empresas privadas, ao mesmo tempo que se reduz o papel do Estado na economia (PARIS, 2004, p. 19).

A partir do escopo dessas características, é possível compreender que as Nações Unidas modificaram suas operações de paz de forma a abranger um conceito mais amplo e ambicioso de paz. Blanco (2014, p. 271) demonstra que a reconceitualização de três conceitos possibilitou o novo entendimento de paz internacional, esses sendo a soberania, a segurança e o desenvolvimento (BLANCO, 2014, p. 272). Durante a Guerra Fria, a soberania era compreendida como um conceito indivisível e unitário. Esse entendimento se modificou para um conceito mais flexível, menos relacionado com a noção de não intervenção, e mais voltado ao entendimento de que o Estado apresenta duas responsabilidades: a primeira é voltada aos outros Estados e a segunda é sobre seus próprios cidadãos (ZAUM, 2007, p.4). Nesse sentido, as operações de construção da paz se justificavam como um instrumento que aumentaria a capacidade do Estado. Isso significa que a construção da paz pós-conflito passou a abranger uma relação em que o objetivo seria aumentar a soberania do Estado e não limitar sua ação (BLANCO, 2014, p. 273).

A noção de segurança, por sua vez, era compreendida a partir de uma perspectiva realista durante a Guerra Fria, significando que seu enfoque era voltado para uma ótica militarizada e estratégica. A partir da década de 1980, o conceito de segurança começou a ser relacionado também com fatores de limitação à vivência humana. Por exemplo, a guerra, a pobreza, a opressão política e a educação não eficiente (BOOTH, 1991, p. 319; BLANCO, 2014, p. 273). Por fim, a noção de desenvolvimento durante a Guerra Fria estava centrada em um entendimento econômico estreito e focado no Estado. O conceito se modificou para um entendimento que abrangia elementos considerados fundamentais à vida humana. Nesse sentido, privações sociais, econômicas e políticas, a intolerância, a pobreza, a fome e as doenças passaram a ser fatores que contribuem para o desenvolvimento de um Estado. Isso reflete que o conceito de desenvolvimento deixou de ser centrado no crescimento econômico do Estado e passou a abranger objetivos que visassem à melhora de vida das sociedades (BLANCO, 2014, p. 273).

Ainda, o final da Guerra Fria também trouxe o espírito triunfante ocidental acerca da democracia liberal (BLANCO, 2014, p. 274). O final da disputa ideológica deu lugar ao senso de otimismo em relação a uma ordem internacional liberal. Um clássico exemplo que ilustra tal otimismo é a análise de Francis Fukuyama (1989). Para o autor, o triunfo da ideologia ocidental seria uma evidência do esgotamento de qualquer outra alternativa sistêmica que não fosse o liberalismo político e econômico (FUKUYAMA, 1989, p. 3). O ‘fim da história’, para Fukuyama,

significa o fim da disputa ideológica devido à ‘vitória’ liberal perante as demais ideologias. Esta vitória significaria “[t]he universalization of Western liberal democracy as the final form of human government” (FUKUYAMA, 1989, p. 4). O argumento de Francis Fukuyama (1989) é um exemplo de como a democracia liberal passou a ser compreendida como universal após o final da Guerra Fria. Essa lógica está refletida nas mudanças das operações de paz, uma vez que a transposição da ordem liberal para as operações das Nações Unidas fica evidente no parágrafo 59 da Agenda para a Paz (NAÇÕES UNIDAS, 1992). Segundo o documento, as Nações Unidas deveriam ter a autoridade para intervir diretamente no processo político do Estado pós-conflito violento, sendo responsável por apoiar a transformação das estruturas e capacidade nacionais deficientes e fortalecer as novas instituições democráticas (NAÇÕES UNIDAS, 1992, p. 11; CHANDLER, 2017, p. 9).

A transposição dos ideais da democracia liberal para as operações da paz resultou no desenvolvimento do conceito da paz liberal. A tese da paz liberal argumenta que sociedades democráticas e com liberdade econômica de livre comércio tenderiam a ser mais prósperas e pacíficas (KEMER; PEREIRA & BLANCO, 2016, p. 140; NEWMAN; PARIS & RICHMOND, 2010, p. 12). Esses pressupostos são fundamentados nas teorias políticas liberais clássicas, como de Immanuel Kant, Montesquieu e Alexis de Tocqueville. Como base nesses filósofos clássicos e em pesquisas quantitativas, Michael W. Doyle (1983) promove a fundamentação de seu argumento de que as instituições democráticas liberais são capazes de promover a paz no âmbito internacional devido a dois principais fatores: suas instituições e a economia de livre comércio. Segundo o autor, as democracias possuiriam menor probabilidade de entrar em guerras porque as instituições domésticas constrangeriam a entrada de duas democracias em uma guerra (DOYLE, 1983; DOYLE et al, 1997; ROSATO, 2003, p. 585). Já a economia de livre comércio permitiria a criação de laços econômicos internacionais entre indivíduos. As trocas entre mercados, segundo Doyle, criariam uma rede de vantagens mútua de cooperação entre democracias liberais (DOYLE, 1983, p. 213).

Tendo em consideração esses delineamentos teóricos, tais postulados guiaram a racionalidade internacional após a Guerra Fria: a democracia liberal e a economia de livre mercado ofereceriam a fórmula para a construção da paz (PARIS, 2004, p. 151). Áureo Gomes (2013, p. 48) sumariza a paz liberal como estratégias para a estabilização de países pós-conflito violentos que englobam “ações cujos objetivos a serem perseguidos são a democratização, o estabelecimento do Estado de Direito, a proteção dos direitos humanos e a promoção de uma economia orientada ao mercado” (GOMES, 2013, p. 48). A paz liberal reflete uma racionalidade internacional que entende a paz como dependente da agência do indivíduo e da sociedade civil. Para isso, assume-se que a paz

liberal seria universalmente aceita entre esses indivíduos, uma vez que os conflitos são percebidos por meio da repressão das necessidades humanas (RICHMOND, 2008, p. 103-104). Nesse sentido, a resposta internacional à repressão das necessidades foi por meio da democratização e da liberalização econômica. Contudo, o entendimento da democracia nas operações de construção de paz das Nações Unidas foi limitado pela celebração de eleições periódicas (BLANCO, 2014, p. 283).

Apesar da tentativa de construir uma paz positiva, a nova dinâmica de resolução de conflitos representada pela construção da paz apresentou limitações. Uma das principais limitações está relacionada com a eficácia das Nações Unidas em implementar os instrumentos das operações de paz. Kenkel (2013, p. 129) argumenta que isso ocorreu devido à dependência das operações de paz em relação às partes em conflito. Isso significa que as Nações Unidas não possuíam a capacidade de agir de forma contrária às partes em conflito ou de impor militarmente o cumprimento do seu mandato. Portanto, o sucesso da operação dependia da vontade das partes em implementarem o acordo de paz (KENKEL, 2013, p. 129). A partir dessa limitação, podem-se destacar algumas críticas direcionadas às operações de construção da paz do período. Essas críticas apresentam perspectivas e naturezas diferentes e, por isso, podem ser divididas entre o grupo de críticas práticas, orientadas para a solução dos problemas da construção de paz, e o grupo de críticas que traz a paz liberal como o centro de análise (GOETZE & GUZINA, 2008, p. 320).

As análises de Kenkel (2013) podem ser um exemplo das críticas práticas direcionadas às operações de paz. Segundo o autor, a limitação da capacidade das Nações Unidas em fazer com que a implementação de seu mandato fosse cumprida resultou nos ‘três grandes fracassos’ das operações de paz da década de 1990. O primeiro foi o fracasso das Nações Unidas em prevenir o genocídio em Ruanda em 1994; o segundo fracasso foi a ineficiência das Nações Unidas em negociar um acordo político no conflito da Somália; o terceiro foi a incapacidade das forças das Nações Unidas em proteger os civis bósnios durante a guerra civil no país, resultando no genocídio de Srebrenica em 1995 (KENKEL, 2013, p. 129).

As instabilidades criadas pelas operações de paz também são problematizadas por Roland Paris (2004). Assim como Kenkel (2013), suas críticas podem ser enquadradas como aquelas orientadas para a resolução de problemas porque o autor não questiona a interpretação dominante da paz liberal como um componente essencial da construção da paz internacional. A crítica do autor entende que a liberalização política e econômica falhou em promover um ambiente que refletisse uma paz positiva. Contudo, Paris argumenta que a razão para tais instabilidades foi a velocidade de implementação das mudanças liberais (PARIS, 2004, p. 5). Segundo o autor, democratização e

abertura econômica rápidas contribuiriam com a desestabilização do Estado pós-conflito. Por isso, a proposta de Paris (2004, p. 7) seria de uma ‘institucionalização antes da liberalização’. Essa sugestão significa que deveria haver um fortalecimento das instituições estatais domésticas e depois a implementação de políticas liberais (PARIS, 2004, p. 7). Dessa forma, Paris entende que instituições fracas são as causas da instabilidade em operações de paz liberais.

Blanco (2014, p. 283) também apresenta algumas falhas das operações de paz da década de 1990. Contudo, diferentemente de Kenkel (2013) e Paris (2004), Blanco (2014) salienta a problematização da paz liberal apresentando duas principais falhas dessas operações. A primeira falha foi a presunção da universalidade da paz liberal. Isto é, a crença de que a igualdade individual pudesse ser transplantada a qualquer ambiente pós-conflito do globo, sem considerar a singularidade de cada situação (BLANCO, 2014, p. 284). A segunda falha, e também consequência da primeira, foi que a racionalidade da paz liberal produziu uma série de efeitos desestabilizadores em diferentes casos (BLANCO, 2014, p. 284; PARIS & SISK, 2009, p. 2). Alguns exemplos são o caso das eleições em Angola, em 1992, as quais contribuíram para catalisar a renovação do conflito violento no Estado; a transposição da democracia como uma forma de governo despótica conduzida pelos funcionários no Camboja durante a década de 1990 e também na Libéria, em 1997 (BLANCO, 2014, p. 284).

A partir da limitação das Nações Unidas em forçar os mandatos de suas operações de paz, como demonstrado acima pelos argumentos de Kenkel (2013), a racionalidade internacional acerca do entendimento de paz e soberania se modificou novamente. No início dos anos 2000, as Nações Unidas apresentaram o Relatório Brahimi (NAÇÕES UNIDAS, 2000) o qual reconhecia as limitações de suas operações de paz e buscava aperfeiçoá-las. Em relação à eficácia das operações de construção da paz, o Relatório afirma que deveria existir maior compromisso entre os atores internacionais e as partes locais. O documento também recomenda melhor integração entre os departamentos das Nações Unidas, como o Departamento de Assuntos Políticos (DPA), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Departamento de Operações de Peacekeeping (DPKO) (NAÇÕES UNIDAS, 2000, p. 8). Além do aspecto institucional, é também reiterado que as Nações Unidas deveriam ter a capacidade de assegurar eleições livres e justas, o que contribuiria para o fortalecimento das instituições governamentais (NAÇÕES UNIDAS, 2000, p. 7). Em suma, para o Relatório Brahimi, o Estado de direito, a segurança e a democracia seriam componentes chave para uma construção de paz mais eficaz.

Além dessas práticas operacionais, uma característica importante destacada pelo Relatório é a mudança da doutrina das Nações Unidas em relação ao uso da força militar e policial nas

operações de paz (NAÇÕES UNIDAS, 2000, p. IX). Segundo o documento, as forças de paz das Nações Unidas devem ser capazes de se defenderem para fazer com que seu mandato seja cumprido. Para isso, as regras dos procedimentos do uso da força nas operações devem ser robustas de forma a evitar que as Nações Unidas não cedam às iniciativas de possíveis ataques às forças de paz (NAÇÕES UNIDAS, 2000, p. X). Ainda, o relatório sugere que as regras procedimentais das operações de paz deveriam permitir uma contrarresposta capaz de silenciar uma fonte de ataques fatais direcionados às tropas das Nações Unidas ou às pessoas que as Nações Unidas estão encarregadas de proteger (NAÇÕES UNIDAS, 2000, p. 9). Nesse sentido, as recomendações do Relatório Brahimi (NAÇÕES UNIDAS, 2000) introduzem as características de uma terceira geração dos enfoques relativos ao entendimento de resolução de conflitos, como categorizado por Richmond (2008, p. 106). Segundo o Relatório Brahimi, para que as operações de paz ampliassem sua capacidade coercitiva, a neutralidade tradicional das Nações Unidas deveria ser abandonada e substituída pelo conceito da imparcialidade. Nesse sentido, a imparcialidade significaria a aderência das operações aos princípios da Carta das Nações Unidas e aos objetivos de seu mandato. Diferentemente da neutralidade, a imparcialidade não refletiria no tratamento igual das partes em conflito. Isso significa que as Nações Unidas passaram a distinguir as partes em conflito como vítimas e agressores, dando, assim, uma justificativa moral às forças de paz em agir contra tais agressores (NAÇÕES UNIDAS, 2000, p. 9).

Apesar dessas operações de paz apresentarem uma característica multidimensional na tentativa de construção da paz, elas também possuem limitações e falhas. Por exemplo, a falta de capacidade, participação e consentimento local onde a operação é empreendida; a falta de coordenação entre os agentes que conduzem a operação de paz; e a negligência internacional frente a questões da cultura local (RICHMOND, 2008, p. 108). Para além de tais problemas práticos, faz-se necessário apresentar as críticas direcionadas à conceitualização liberal da paz, que formam a perspectiva estrutural da crítica à construção da paz, como denominada por Gomes (2013, p. 55).

As críticas estruturais voltam sua análise para o papel das operações de construção da paz na manutenção de atual ordem internacional (GOMES, 2013, p. 54). Michael Pugh (2004) é um dos autores inseridos nesse eixo crítico. O autor utiliza a teoria crítica de Robert Cox (1981) para fundamentar o argumento de que as operações de paz servem à atual ordem de governança global. Segundo ele, as operações de paz são um reflexo da distribuição de poder no sistema internacional. Por isso, elas servem para sustentar o sistema global em vez de transformá-lo (PUGH, 2008, p. 409). Para desenvolver esse argumento, o autor aborda duas dimensões que possibilitam a garantia da manutenção da ordem global: segurança e planejamento econômico. A segurança é utilizada

pelas operações de paz como um componente essencial para o desenvolvimento do Estado, assim, o emprego de forças policiais e militares que buscam estabilizar um território pós-conflito passa a ser mais comum no empreendimento das operações de paz. Por sua vez, o planejamento econômico promove políticas neoliberais que falham em alcançar injustiças sociais estruturais, portanto, não trazendo um desenvolvimento igualitário (PUGH, 2004, p. 49).

O argumento de que as operações de paz são um instrumento de manutenção da ordem global também é trabalhado por Blanco (2017, p. 84). Ao utilizar o conceito de normalização de Estados, o autor vai além das dimensões securitárias e econômicas trabalhadas por Pugh (2004) e propõe conceitos Foucaultianos para fundamentar seu argumento. Para desenvolver como a normalização de Estados é realizada, Blanco utiliza conceitos, como disciplina, recompensas e punição, de modo a ilustrar como a manutenção global é operacionalizada pelas operações de construção da paz. O autor também utiliza o conceito de biopolítica para ilustrar como a manutenção da ordem global é aplicada a nível da sociedade, o qual busca disciplinar a vida da população por meio do gerenciamento e da manipulação da vida em sociedade (BLANCO, 2017, p. 85; GOMES, 2013, p. 58).

Gomes (2013, p. 60) também classifica a crítica de David Chandler (2006; 2007; 2008) como estrutural. A análise de Chandler está direcionada à prática da reconstrução do Estado, a qual é vista pelo autor como um processo conduzido de maneira tecnocrata, mas que em sua essência é um projeto político. Esse argumento entende que as normas pré-determinadas por atores externos guiam as operações de construção da paz. O problema disso, segundo Chandler (2006), reside na falta do consenso popular onde a operação de paz é empregada. Dessa forma, a falta da participação da sociedade local permite que potências ocidentais operem seu poder sem que haja uma prestação de contas sobre suas ações. Chandler também argumenta que a racionalidade por trás da construção da paz é uma nova forma de imperialismo. Para o autor, a construção desse novo imperialismo não corresponderia às necessidades materiais dos Estados industrializados, mas teria a capacidade de despolitizar lutas globais e locais pelo poder (CHANDLER, 2006, p. 20-21). Ainda, Chandler (2006, p. 189) considera que a construção de paz dá origem a ‘Estados fantasmas’ porque suas instituições não possuem legitimidade social e política perante sua população. A problemática da relação entre instituições estatais e a população local abre um contexto crítico da construção da paz voltado ao papel e à participação da população. Na próxima seção, tais críticas serão apresentadas e também relacionadas com a perspectiva da paz híbrida.

### **3. A Virada Local na Construção da Paz e a Perspectiva da Paz Híbrida**

As críticas da construção da paz referentes à virada local surgem como contrapartida às operações de paz consideradas muito centralizadas e que negligenciariam o contexto local (LEONARDSSON & RUDD, 2015, p. 825; LEMAY-HEBERT, 2011, p. 207). Os estudos da virada local não são recentes na literatura acadêmica sobre paz e conflitos. Durante a década de 1990, presenciou-se uma expansão desses estudos (LEONARDSSON & RUDD, 2015, p. 826). Nesse sentido, Áureo Toledo e Julia Facchini (2017, p. 154) dividem os estudos da virada local em duas fases. A primeira fase se baseia nas teorias de resolução de conflitos, tendo os trabalhos de John Paul Lederach como principal representante. A segunda fase da virada local, que se inicia a partir da década de 2000, possui seus trabalhos voltados à crítica das operações de construção da paz no Afeganistão e no Iraque, destacando os trabalhos de autores como Oliver Richmond e Roger Mac Ginty (TOLEDO & FACCHINI, 2017, p. 156).

A obra de Lederach é fundamentada em um entendimento de resolução de conflitos que assimila a realidade local na construção da paz com o intuito de transformar a situação de conflito (TOLEDO & FACCHINI, 2017, p. 157). Isso significa que os estudos de Lederach apontam para uma transformação do conflito, em vez de tratarem de sua resolução. O argumento do autor é de que o principal recurso para a sustentação de uma paz a longo prazo está enraizado na população local e em sua cultura (LEDERACH, 1997, p. 94). Ao tratar da população local, Lederach divide sua participação na construção da paz em diferentes níveis sociais, como a elite política local, formando o *top-level*; o nível intermediário, formado por lideranças individuais não governamentais; e o nível *grassroots*, formado pelos movimentos da base da sociedade da população que está imersa no conflito (TOLEDO & FACCHINI, 2017, p. 160)

A segunda fase dos estudos da virada local, por sua vez representada por autores como Oliver Richmond e Roger Mac Ginty, volta seu debate para questões relacionadas à emancipação da população local e à autonomia da região pós-conflito. Nesse sentido, suas contribuições criticam o processo de construção de paz contemporâneo (TOLEDO & FACCHINI, 2017, p. 164). A maneira como a agencia local resiste, negocia ou até mesmo subverte o projeto da paz liberal é um exemplo de como essa análise é realizada pela crítica (GOMES, 2013, p. 64). Oliver Richmond (2010b) entende que as operações de construção da paz falham em atender as necessidades do cotidiano da população (RICHMOND, 2010b, p. 25). Dessa forma, a alternativa proposta é uma paz que atenda às necessidades locais e promova uma emancipação. Richmond denomina esse entendimento de paz emancipatória como uma paz pós-liberal, a qual busca enfatizar a agência e a capacidade da população local. Richmond e Mitchell (2012, p. 1) definem a paz pós-liberal como práticas,

respostas e agências que surgem da sobreposição dos interesses dos atores que conduzem o statebuilding com aqueles da população local.

Por sua vez, Roger Mac Ginty (2010) também é um exemplo de autor da segunda fase dos estudos da virada local. Mac Ginty (2010) fornece uma contribuição teórica e metodológica para o debate da paz híbrida. Roger Mac Ginty tem como ponto de partida a crítica do modelo da paz liberal enfatizando que sua idealização é feita na esfera política ocidental e, portanto, inerentemente relega o ambiente em que a construção da paz é empreendida, tais como fenômenos políticos e econômicos locais, a sociedade como um todo e também sua cultura (TOLEDO & FACCHINI, 2017, p. 164). Seu argumento é de que uma perspectiva híbrida sobre a paz é importante porque demonstra as distorções sofridas pelo projeto liberal de construção da paz quando este interage com a realidade e atores locais (MAC GINTY, 2010; 2011).

Ao destacar os trabalhos de Lederach e Mac Ginty, Toledo e Facchini (2017) objetivam destacar as diferentes abordagens que surgem nos estudos da virada local. Por ser um campo de estudos amplo, existem diferentes interpretações e entendimentos do que forma o local e qual é seu papel na construção da paz. Por exemplo, Leonardsson e Rudd (2015) apresentam duas linhas de abordagem sobre o local nos estudos para a paz. A primeira abordagem enfatiza o papel do local na construção da paz como um meio de aumentar sua eficácia. Nesse sentido, destacam-se os estudos de governança subnacional e de descentralização governamental. Por sua vez, a segunda abordagem foca no local como meio de emancipação e inclusão da agência local. Essa perspectiva argumenta que a construção da paz deveria ser um projeto essencialmente local, enfatizando as vozes e a agência da população (LEONARDSSON & RUDD, 2015, p. 832).

A primeira abordagem sobre o local nos estudos da paz tem como ponto de partida o entendimento de que a exclusão das arenas locais na construção da paz gera uma falta de legitimidade perante o governo central. Essa abordagem tem como principais expoentes os entendimentos das organizações internacionais sobre o local e também uma literatura acadêmica voltada para a eficácia da construção da paz (LEONARDSSON & RUDD, 2015, p. 827). No tocante às organizações internacionais, destaca-se o entendimento das Nações Unidas sobre governança local como um meio vital para que a população tenha acesso ao governo (MCCANDLESS & TSCHIRGI, 2012, p. 24-25). Dessa forma, as Nações Unidas compreendem o local por meio da perspectiva da governança e de como ela pode contribuir para a melhora da entrega de serviços e para a promoção da democracia (MCCANDLESS & TSCHIRGI, 2012, p. 25). De maneira similar, o Centro Africano para a Resolução Construtiva de Disputas entende que o apoio às estruturas de governança local pode fornecer canais de representação de organização

política, de proteção básica individual e também na entrega de serviços (ARNAULT, 2014, p. 21-22).

Em relação à literatura acadêmica, o principal argumento que guia esses estudos é o de que uma descentralização política bem planejada aumentaria a legitimidade, a prestação de contas, a inclusão e a participação dos cidadãos onde a construção de paz é empreendida (BLAND, 2007, p. 227). Como esse argumento é o princípio norteador dessa literatura, os estudos dessa abordagem buscam compreender as situações que proporcionam um governo descentralizado mais eficaz. Os enfoques analíticos e os resultados desses estudos são diversos, demonstrando que a descentralização na construção de paz é objeto de controvérsias. Por exemplo, demonstrou-se que a descentralização pode contribuir com efeitos de mitigação de conflitos quando ela é caracterizada por um alto grau de legitimidade, por um controle do governo local dos gastos e quando há uma capacidade do governo local (SIEGLE & O'MAHONY, 2010, p. 157-158). Por sua vez, os efeitos contraditórios da descentralização são demonstrados pelos trabalhos de Gary Bland (2007). Analisando os casos de Guatemala, El Salvador e Colômbia, o autor concluiu que nos casos de Guatemala e El Salvador, a descentralização e os mecanismos de participação a nível local contribuíram com a resolução das guerras civis. Já no caso da Colômbia, o autor concluiu que as reformas de governança locais não foram suficientes para mitigar o conflito interno (LEONARDSSON & RUDD, 2015, p. 829).

Diferentemente da primeira abordagem, ilustrada pelos estudos supramencionados, a segunda abordagem sobre o local nos estudos para paz possui uma perspectiva essencialmente crítica à paz liberal e à construção da paz. Nessa abordagem, a agência local é entendida a partir de seu papel emancipatório. Aqui, o argumento norteador é a necessidade de que as vozes locais sejam escutadas pelo projeto de construção da paz, além de se criticar a agenda internacional da construção da paz por ignorar o local, limitando-o de forma retórica no discurso político (LEONARDSSON & RUDD, 2015, p. 832). Nessa abordagem, os atores que formam o local abrangem tanto a sociedade civil quanto as minorias locais. A ênfase é de que esses atores devem participar nos processos de negociação de paz (BELLONI et al., 2010; SHOU, 2014, p. 302). Nesses estudos, a agência local pode ser materializada de diferentes formas. Por exemplo, pela participação no desenho, implementação e gerenciamento do processo de justiça após o conflito violento (LUNDY & McGOVERN, 2008, p. 265). E também pela criação de comitês locais que busquem construir a paz localmente após o estabelecimento de acordos nacionais de paz (ODENDAAL, 2013).

A partir dessa contextualização, é possível perceber que os estudos da virada local são amplos, possuindo diferentes objetos de análise. Dentre os diversos debates desse campo de estudos, os conceitos do hibridismo e da paz híbrida constituem uma importante contribuição para a literatura da virada local e para as críticas da construção da paz (MASCHIETTO, 2016, p. 520). O conceito de hibridismo surgiu nos estudos pós-coloniais, principalmente nas áreas de estudos sociais e políticos (PETERSON, 2012, p. 10). Jenny Peterson (2012) atribui este conceito à Homi Bhabha (1998). De acordo com Bhabha,

o hibridismo representa aquele “desvio” ambivalente do sujeito discriminado em direção ao objeto aterrorizante, exorbitante, da classificação paranoica – um questionamento perturbador das imagens e presenças da autoridade. [...] O hibridismo não tem uma tal perspectiva de profundidade ou verdade para oferecer: não é um terceiro termo que resolve a tensão entre duas culturas, ou as duas cenas do livro, em um jogo dialético de “reconhecimento”. [...] O hibridismo é uma problemática de representação e de individuação colonial que reverte os efeitos da recusa colonialista, de modo que outros saberes “negados” se infiltrem no discurso dominante e tornem estranha a base de sua autoridade – suas regras de reconhecimento (BHABHA, 1998, p. 165).

Bhabha (1998) escreve sob a perspectiva da dominação colonial porque se refere diretamente à resistência da população nativa, que questiona a autoridade colonial e aos discursos estabelecidos entre colonizador e colonizado (KERN, 2004, p. 62-63). Contudo, Jenny Peterson argumenta que o conceito se mostrou útil para as análises críticas das intervenções de construção da paz. Isso porque o conceito de hibridismo passou a ser utilizado pelos estudos da paz para demonstrar as zonas de contato entre o local e o externo (PETERSON, 2012, p. 11).

Partindo do surgimento do conceito do hibridismo nos estudos sociais e especificando o uso do conceito nos estudos para a paz, o conceito da paz híbrida advém do conceito anterior de ordens políticas híbridas elaborado por Volker Boege (2009) (MASCHIETTO, 2016, p. 519). Boege et al. (2009) contextualiza as ordens políticas híbridas no caso da formação de Estado, incluindo a problemática da fragilidade estatal, questionando o entendimento que permeia o conceito de Estado falido. De acordo com os autores, o discurso do Estado frágil serve como base para programas de assistência internacional para desenvolvimento com investimento de potências ocidentais. A questão colocada em debate é de que tais programas produzem um modelo de Estado ocidentalizado, nos padrões de um Estado Westfaliano ou Weberiano (BOEGE et al., 2009, p. 2). Nesse sentido, a crítica trazida por Boege et al. (2009, p. 5) é que os Estados ocidentais entendem a reconstrução do Estado como uma solução para Estados fragilizados. Para os autores, isso promove o Estado liberal

como o modelo exclusivo de governança. Consequentemente, ignora qualquer contexto histórico e tradicional da formação desse Estado não-Occidental (BOEGE et al., 2009, p. 5).

Para melhor compreender o conceito de hibridismo e seus diferentes usos na literatura, Millar (2014) classifica o uso do conceito do hibridismo pela literatura em duas abordagens: a descritiva e a prescritiva. Millar (2014, p. 4) critica o viés prescritivo sobre o hibridismo porque essas interpretações assumem que instituições híbridas criariam uma relação previsível e estável entre os interventores internacionais e as experiências locais. De acordo com Millar (2014, p. 3), autores que tratam do conceito de forma descritiva não propõem métodos para criar um tipo ideal de hibridismo. Essa abordagem busca descrever o processo híbrido e como ele ocorre. Para isso, utiliza o contexto teórico de Bhabha (1984) e Hannerz (1987) a fim de investigar formas culturais que se mesclam, mas sem propor um desenho, planejamento ou gestão de tais formas (MILLAR, 2014, p. 3).

Por sua vez, a segunda abordagem possui um entendimento prescritivo do conceito de hibridismo. De acordo com os atores que representam esse paradigma, o hibridismo pode ser um precursor da paz, pode contribuir com as operações de paz e aumentar sua legitimidade (PETERSON, 2012; JOHNSON & HUTCHISON, 2012; MILLAR, 2014, p. 3). O pressuposto comum nesse paradigma é que a combinação de atores locais e internacionais promoveria uma experiência de construção da paz mais positiva (MILLAR, 2014, p. 4). Por exemplo, Johnson e Hutchison (2012, p. 48–49) argumentam que sistemas políticos híbridos podem contribuir com o aumento da confiabilidade política e, consequentemente, da legitimidade das operações de construção da paz. Para isso, os atores internacionais deveriam olhar para as redes sociais e provedores de serviços existentes na esfera local. De maneira similar, Brown e Gusmão (2009, p.65) e também Clements et al. (2009, p. 48) argumentam que instituições do Estado deveriam incorporar práticas de governança local para obter maior legitimidade social.

De maneira similar a Geroid Millar (2014), Roger Mac Ginty e Oliver Richmond (2016) também categorizam a literatura acadêmica acerca do hibridismo. Os autores compreendem o uso do hibridismo pela literatura como um contínuo. Em uma ponta do contínuo, está a literatura que entende o hibridismo como uma mescla de sistemas políticos que produzem um terceiro sistema híbrido. Segundo Mac Ginty e Richmond (2016), essa literatura tem um viés eurocêntrico e etnocêntrico, pois trata de democracia ocidental como o modelo padrão de um sistema político tradicional (CASSANI, 2014, p. 542). Na outra ponta do contínuo, existem os estudos que abordam o potencial analítico do hibridismo. A contribuição desses estudos é desafiar categorias e limites até então percebidos como fixos e tradicionalmente usados para interpretar o mundo sócio-político

(DAR, 2014, p.131; FRENKEL & SHENHAV, 2006, p. 855). No centro desse contínuo estão os estudos que compreendem que instituições e práticas híbridas oferecem uma alternativa teórica ao realismo e liberalismo internacional. Essa literatura instrumentaliza o hibridismo de forma a entender que o local é um contribuinte estratégico dos objetivos liberais da construção da paz (MAC GINTY & RICHMOND, 2016, p. 7). Ao trazer essa categorização, Mac Ginty e Richmond (2016, p. 8) afirmam que o conceito do hibridismo vem sendo utilizado de forma demasiada e sem ser descrito complexamente. Nesse sentido, os autores argumentam que reivindicações retóricas sobre a apropriação local na construção da paz toleram as diferenças locais desde que elas não modifiquem o modelo geral da construção da paz conduzido internacionalmente (MAC GINTY & RICHMOND, 2016, p. 10).

Essa crítica de Mac Ginty e Richmond (2016) abre espaço para a interpretação dos autores sobre o hibridismo, em que o conceito representaria um potencial emancipatório no contexto da construção da paz. Para os autores, a emancipação se encontraria em uma linha tênue, tanto no âmbito do cotidiano local quanto na esfera internacional. Nesse sentido, o hibridismo emancipatório se encontraria entre o respeito às diferenças e à autonomia, mas também trazendo melhorias nos direitos, necessidades, leis e na estrutura institucional da organização política. Na esfera internacional, a emancipação estaria entre a linha tênue da intervenção necessária para salvar vidas ou lidar com violência estrutural e a ocupação externa (MAC GINTY & RICHMOND, 2016, p. 11). Para Mac Ginty e Richmond, esse exemplo ilustra os dilemas do hibridismo, uma vez que sua configuração reside nas relações entre diferentes atores e seus respectivos interesses, estruturas normativas e sócio históricas (MAC GINTY & RICHMOND, 2016, p. 11).

De modo a compreender melhor o conceito da paz híbrida, Oliver Richmond e Audra Mitchell (2012) partem do pressuposto de que o conceito de paz não é universal e, portanto, não pode ser transposto de forma idêntica entre diferentes contextos. Devido a isso, formas únicas de paz emergem quando uma intervenção de construção da paz interage com os contextos locais. Assim, os autores entendem que a paz híbrida surge na sobreposição dos interesses, experiências e necessidades de grupos locais com os objetivos, práticas e normas dos atores internacionais que conduzem a construção da paz (RICHMOND & MITCHELL, 2012, p. 1). Richmond e Mitchell entendem a paz híbrida como uma forma necessária de resistência dos atores locais e que não deveria ser tratada como ameaça pelos formuladores internacionais de política. Para os autores, se os formuladores de política se beneficiassem dessa resistência, a lacuna entre atores locais e internacionais nas operações da construção da paz seria menos (RICHMOND & MITCHELL, 2012, p. 8). Desta forma, os autores utilizam o conceito de paz híbrida para criticar o entendimento

da paz liberal dos atores internacionais porque ela nega a agência local para a paz, ao menos que seja condizente à estrutura liberal (RICHMOND & MITCHELL, 2012, p. 8).

Ainda, Roger Mac Ginty (2010; 2011) fornece uma possibilidade de análise empírica da paz híbrida. Mac Ginty (2010) delinea o processo de construção da paz a partir das dinâmicas no contato entre atores locais e atores internacionais. Assim, o autor utiliza o conceito da paz híbrida como uma lente analítica capaz de descrever condições reais que a construção da paz é capaz de desencadear (MAC GINTY, 2010, p. 391). Esse argumento é sumarizado pela ideia de que diversos atores internacionais e locais interagem e criam uma paz híbrida (MAC GINTY, 2010, p. 392).

Mac Ginty (2011) argumenta que a paz híbrida representa uma análise que vai além dos binários da construção da paz ocidental e sua recepção pelo não-Occidental. Por isso, o autor entende a paz híbrida como uma forma de crítica à construção que busca compreender como a paz liberal é transformada ao enfrentar a situação real de um país pós-conflito (MAC GINTY, 2010; PETERSON, 2012, p. 12). Esse conceito é operacionalizado por Mac Ginty (2011) por meio de quatro eixos de análise que ilustram a paz híbrida: 1) a habilidade de os agentes internacionais forçarem a aceitação do projeto da paz liberal; 2) a habilidade de os agentes internacionais incentivarem o engajamento local com o projeto da paz liberal; 3) a habilidade de os atores locais ignorarem, subverterem ou resistirem à paz liberal; 4) a habilidade de os atores locais realizarem alternativas ao projeto da paz liberal (MAC GINTY, 2011; TOLEDO & FACCHINI, 2017). O objetivo de Mac Ginty (2011) ao desenvolver esse modelo é visualizar os principais eixos em que a paz híbrida poderia se concretizar. Esse modelo conceitual fornece os pontos de contatos entre atores internacionais e locais para a possibilidade de análise empírica de cada um desses elementos. Contudo, é necessário ressaltar que o modelo representa uma abstração do que é possível captar na realidade, não conseguindo captar toda a complexidade e dinamismo das respostas locais à construção da paz (TOLEDO & FACCHINI, 2017, p. 166).

O primeiro eixo de análise – a habilidade de os agentes internacionais imporem a paz liberal – consiste em mecanismos que encorajam conformidade e evitam desvios do projeto liberal de paz. Esses mecanismos são traduzidos pelo poder de aceitação da paz liberal e podem ser apresentados pelo poder de aceitação econômico e também militar. Em relação ao poder de aceitação econômico, por exemplo, a economia de mercado, o incentivo fiscal e a cooptação de agentes locais por meio de incentivos políticos e econômicos são maneiras por meio das quais os agentes da paz liberal conseguem impor uma possível aceitação de seu projeto (MAC GINTY, 2011, p. 78). Por sua vez, o poder de aceitação por meios militares pode ser operacionalizado em sua forma extrema pelas operações militares, como no caso da ex-Iugoslávia, do Afeganistão e do Iraque. Usualmente, essas

operações são justificadas pelo discurso de proteção aos direitos humanos e defesa da população do Estado em conflito (MAC GINTY, 2011, p. 78). Além da violência direta, a imposição de sanções e a ameaça do uso da força também são formas do poder de aceitação da paz liberal (MAC GINTY, 2011, p. 78).

O segundo eixo de análise é a habilidade de incentivar os atores locais com o projeto liberal de paz (MAC GINTY, 2010, p. 400). O autor descreve essa habilidade como o uso dos recursos financeiros internacionais, que são capazes de influenciar a cooperação com parte dos atores locais. Mac Ginty (2011, p. 80) considera que esse poder de incentivo é operacionalizado em conjunto com os mecanismos coercitivos tratados anteriormente. Para elucidar, Mac Ginty utiliza o exemplo das tropas do Canadá, que dispararam mais de 4,7 milhões de balas na invasão do Afeganistão em um período de 12 meses, na metade da década de 2000. Ao mesmo tempo, o Afeganistão foi o maior destinatário da assistência internacional canadense, abrangendo investimentos em democratização, governança, desenvolvimento econômico e rural, infraestrutura, educação, saúde, atividades contra narcóticos, desativação de minas terrestres e treinamento policial e militar (MAC GINTY, 2011, p. 81). Dessa forma, o objetivo dos recursos financeiros, como Mac Ginty afirma (2011, p. 83), é disponibilizar investimentos em troca de cooperação local ao programa de construção da paz.

O terceiro eixo analítico é descrito por Mac Ginty (2010; 2011) como a habilidade de os atores locais resistirem, ignorarem ou adaptarem a intervenção da paz liberal. Essa análise não foca no poder dos atores nacionais, mas na agência que atores locais possuem (MAC GINTY, 2010, p. 402). Por atores locais, o autor entende como o governo nacional, as municipalidades, os partidos políticos, os grupos militantes, as ONGs, a sociedade civil, os empresários, as comunidades e os indivíduos (MAG GINTY, 2011, p. 82). Segundo Mac Ginty, o objetivo desse eixo analítico é considerar a extensão de opções de ação disponíveis ao local (MAC GINTY, 2011, p. 84). Dessa forma, a habilidade de resistir ou subverter a paz liberal está relacionada com o grau de poder de cada ator local, com o grau de dependência entre governo local e atores externos, o grau de quantidade de modificações realizadas nas instituições locais durante o processo de construção da paz e o grau em que os atores locais conseguem mobilizar seus recursos (MAC GINTY, 2010, p. 402). Em suma, esse eixo analítico busca se opor ao entendimento de que após a construção da paz, os atores locais aceitariam os sistemas de tutela internacional e replicariam o modelo ocidental da paz liberal sem reinterpretações ou infecções provenientes do cotidiano local (MAC GINTY, 2011, p. 86).

Por fim, o quarto eixo analítico se refere à habilidade de os atores locais conduzirem alternativas à forma da paz liberal (MAC GINTY, 2010, p. 403). Essas alternativas, segundo Mac

Ginty, ocorrem em espaços políticos, sociais, culturais ou econômicos não ocupados pela paz liberal. O autor argumenta que isso ocorre devido à tendência de a paz liberal enfatizar níveis macro de segurança, política e econômica. Nesse sentido, à nível micro, sendo na sociedade e individual, os efeitos da paz liberal são diluídos, na perspectiva de Mac Ginty (2011, p. 87). Então, os atores locais seriam capazes de formar alternativas à paz liberal nos espaços à margem das esferas centrais à paz liberal (MAC GINTY, 2011, p. 87). O autor evidencia esse eixo utilizando o exemplo da atuação do Hezbollah no Líbano. Para Mac Ginty, o Hezbollah representa uma forma alternativa à paz liberal porque desenvolve alternativas não-estatais de segurança e de governança (MAC GINTY, 2011, p. 87). Em suma, o autor argumenta que a habilidade de os atores locais conduzirem alternativas à paz liberal reside em espaços de não engajamento direto com os atores internacionais (MAC GINTY, 2011, p. 88).

### **Conclusão**

Esse artigo demonstrou como o entendimento de paz internacional, sobretudo das Nações Unidas, é materializado em suas operações de paz. Buscou-se problematizar tal entendimento e apresentar as críticas referentes à universalização da paz liberal. Essas críticas são trazidas de modo a contextualizar a literatura sobre a construção da paz e apresentar a natureza da problemática segundo diferentes autores. Dessa forma, a primeira seção evidenciou como as operações de paz das Nações Unidas atuavam a partir de um entendimento de paz negativa e como o período bipolar influenciou nesse entendimento. Por sua vez, a segunda seção buscou demonstrar como o entendimento de paz das Nações Unidas se modificou ao longo das décadas e apresentou a literatura crítica voltada ao entendimento da paz liberal. Essa seção evidenciou como a crítica à paz liberal interpreta as racionalidades inerentes à construção da paz, apontando suas limitações e problemas estruturais. Por fim, a terceira seção discutiu os estudos sobre a virada local na construção da paz, introduzindo os conceitos de hibridismo e paz híbrida. Essa seção evidenciou como os estudos para a virada local problematizam a paz liberal, tendo como ponto de partida o modo em que a construção da paz lida com instituições, culturas e a sociedade locais de onde a operação é empreendida.

### **Referências**

ARNAULT, Jean. (2014) Legitimacy and peace processes. *In* RAMSBOTHAN, Alexander & WENNMANN, Achim (ed.). **Legitimacy and peace processes: from coercion to consent**. London: Conciliation Resources, 21-25.

BELLAMY, Alex J.; WILLIAMS, Paul D. (2009) The West and contemporary peace operations. **Journal of Peace Research**, 46 (1): 39-57.

BELLONI, Roberto; PAFFENHOLZ, Thania; SPURK, Christoph; KURTENBACH, Sabine; ORJUELA, Camilla. (2010) Enabling and disabling factors for civil society peacebuilding. *In* PAFFENHOLZ, T. (org.) **Civil Society and Peacebuilding: A Critical Assessment**. Boulder: Lynne Rienner Publishers.

BHABHA, H. K. (1984). Representation and the colonial text: a critical exploration of some forms of mimeticism. *In* GLOVERSMITH, F. (ed.). **The Theory of Reading**. Brighton: Harvester Press, 93-122.

\_\_\_\_\_. (1998) **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: ed UFMG..

BLANCO, R. (2014) Del Mantenimiento de la Paz al Proceso de Formación del Estado: un esbozo de los esfuerzos de la ONU para la paz internacional. **Foro Internacional**, LIV (2): 266-318.

\_\_\_\_\_. (2015) The UN peacebuilding process: an analysis of its shortcomings in Timor-Leste. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 58 (1): 42-62.

\_\_\_\_\_. (2017). Normalizando anormais na sociedade internacional: operações de paz, Foucault e a Escola Inglesa. **Relações Internacionais (R: I)**, (53): 83-107.

BLAND, GARY. (2007) Decentralization, local governance, and conflict mitigation in Latin America. *In* BRINKERHOFF, D. (ed.). **Governance in Post-Conflict Societies**. Abingdon: Routledge, 227-245.

BOEGE, V. et al. (2009) **On Hybrid Political Orders and Emerging States: State Formation in the Context of "Fragility"**. Berlin: Berghof Research Center for Constructive Conflict Management.

BOOTH, Ken. (1991) Security and emancipation. **Review of International studies**, 17 (4): 313-26.

BROWN, M. Anne; GUSMAO, Alex Freitas. (2009) Peacebuilding and political hybridity in East Timor. **Peace Review**, 21 (1): 61-9.

CASSANI, Andrea. (2014) Hybrid what? Partial consensus and persistent divergences in the analysis of hybrid regimes. **International Political Science Review**, 35 (5): 542-58.

CHANDLER, David. (2006) **Empire in denial: the politics of state-building**. London: Pluto.

\_\_\_\_\_. (2007). The State-Building dilemma: Good Governance or Democratic Government?. *In*: HEHIR, Aidan; ROBINSON, Neil (org.). **State-Building: Theory and Practice**. New York: Routledge.

\_\_\_\_\_. (2008) Post-Conflict Statebuilding: Governance Without Government. *In* PUGH, M. C.; COOPER, N., *et al* (Ed.). **Whose Peace? Critical Perspectives on the Political Economy of Peacebuilding**. London: Palgrave Macmillan.

\_\_\_\_\_. (2010) The uncritical critique of liberal peace. **Review of International Studies**, 36 (S1): 137-55.

\_\_\_\_\_. (2017) **Peacebuilding: The Twenty Years' Crisis: 1997-2017**. London: Palgrave Macmillan.

CLEMENTS, Curtis E.; NEILL, John D.; STOVALL, O. Scott. (2009) The impact of cultural differences on the convergence of international accounting codes of ethics. **Journal of Business Ethics**, 90 (3): 383-91.

COX, Robert W. (1981) Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. **Millennium**, 10 (2): 126-55.

DAR, Sadhvi. (2014) Hybrid accountabilities: When western and non-western accountabilities collide. **Human Relations**, 67 (2): 131-51.

DIEHL, P. F. (2008) **Peace Operations**. Cambridge: Polity Press.

DOYLE, Michael W. (1983). Kant, liberal legacies, and foreign affairs. **Philosophy & public affairs**, 12 (3): 205-235.

DOYLE, Michael W. et al. (Ed.). (1997) **Keeping the peace: Multidimensional UN operations in Cambodia and El Salvador**. Cambridge: Cambridge University Press.

FRENKEL, Michal; SHENHAV, Yehouda. (2006) From binarism back to hybridity: A postcolonial reading of management and organization studies. **Organization Studies**, 27 (6): 855-76.

FUKUYAMA, Francis. (1989) The end of history?. **The National Interest**, 16 (Summer): 3-18.

GALTUNG, Johan. (1969) Violence, peace, and peace research. **Journal of Peace Research**, 6 (3): 167-91.

\_\_\_\_\_. (1976). **Three Approaches to Peace: Peacekeeping, Peacemaking and Peacebuilding**. Essays in peace research 2. Copenhagen: Ejlers.

GOETZE, Catherine; GUZINA, Dejan. (2008) Peacebuilding, Statebuilding, Nationbuilding - Turtles All the Way Down?, **Civil Wars**, 10 (4): 319-47.

GOMES, A. D. T. (2013) Da paz liberal à virada local: avaliando a literatura crítica sobre peacebuilding. **Monções**, 2 (3): 46-76.

GUERRA, L.; BLANCO, R. (2018). A Construção da Paz no Cenário Internacional: Do Peacekeeping Tradicional às Críticas ao Peacebuilding Liberal. **Carta Internacional**, 13 (2).

HANNERZ, U. (1987) The world in creolisation. **Africa**, 57 (4): 546-59.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea; TABAK, Jana. (2015) **Organizações internacionais: história e práticas**. São Paulo: GEN Atlas.

JOHNSON, Kristin; HUTCHISON, Marc L. (2012) Hybridity, political order and legitimacy: Examples from Nigeria. **Journal of Peacebuilding & Development**, 7 (2): 37-52.

KEMER, Thaíse; PEREIRA, Alexsandro Eugenio; BLANCO, Ramon. (2016) A construção da paz em um mundo em transformação: o debate e a crítica sobre o conceito de peacebuilding. **Revista de Sociologia e Política**, 24 (60): 137-50.

KENKEL, Kai Michael. (2013) Five generations of peace operations: from the "thin blue line" to "painting a country blue". **Revista Brasileira de Política Internacional**, 56 (1): 122-43.

KERN, Daniela. (2004) O conceito de hibridismo ontem e hoje: ruptura e contato. **MÉTIS: história & cultura**, 3 (6): 53-70.

LEDERACH, John Paul. (1997) **Sustainable reconciliation in divided societies**. Washington, DC: USIP.

Lemay-Hébert, N. (2011). The "empty-shell" approach: the setup process of international administrations in Timor-Leste and Kosovo, its consequences and lessons. **International Studies Perspectives**, 12(2): 190-211.

LEONARDSSON, H.; RUDD, G. (2015) The 'local turn' in peacebuilding: a literature review of effective and emancipatory local peacebuilding. **Third World Quarterly**, 36 (5): 825-39.

LUNDY, Patricia; MCGOVERN, Mark. (2008) Whose justice? Rethinking transitional justice from the bottom up. **Journal of Law and Society**, 35 (2): 265-92.

MAC GINTY, R. (2010) Hybrid peace: The interaction between top-down and bottom-up peace. **Security dialogue**, 14 (4): 391-412.

\_\_\_\_\_. (2011) **International peacebuilding and local resistance**: Hybrid forms of peace. London: Palgrave Macmillan.

MAC GINTY, Roger; RICHMOND, Oliver. (2016) The fallacy of constructing hybrid political orders: a reappraisal of the hybrid turn in peacebuilding. **International Peacekeeping**, 23 (2): 219-39.

MASCHIETTO, Roberta Holanda. (2016) Consolidação internacional da paz versus percepções locais sobre a paz: encontros e desencontros. **Conjuntura Global**, 5 (3): 512-36.

MCCANDLESS, Erin. (2012) **Peace Dividends and Beyond: Contributions of administrative and social services to peacebuilding**. New York: United Nations Peacebuilding Support Office.

MCCANDLESS, Erin; TSCHIRGI, Necla. (2012) Hybridity and Policy Engagement. **Journal of Peacebuilding & Development**, 7 (2): 1-2.

MILLAR, Gearoid. (2014) Disaggregating hybridity: Why hybrid institutions do not produce predictable experiences of peace. **Journal of Peace Research**, 51 (4): 501-14.

NAÇÕES UNIDAS. (1945) **Charter of the United Nations**, 24 October. Publicado em [<https://www.un.org/en/charter-united-nations/>]. Disponibilidade: 19/05/2020.

\_\_\_\_\_. (1992) **An Agenda for Peace**. A/47/277, 17 de junho. Publicado em [[https://www.un.org/ruleoflaw/files/A\\_47\\_277.pdf](https://www.un.org/ruleoflaw/files/A_47_277.pdf)]. Disponibilidade: 19/05/2020.

\_\_\_\_\_. (2000) **Report of the Panel on United Nations Peace Operations [Brahimi report]**. A/55/305. Publicado em [[https://www.un.org/en/events/pastevents/pdfs/Brahimi\\_Report\\_Exec\\_Summary.pdf](https://www.un.org/en/events/pastevents/pdfs/Brahimi_Report_Exec_Summary.pdf)]. Disponibilidade: 19/05/2020.

\_\_\_\_\_. (2003) **First United Nations Emergency Force**. Publicado em [<https://peacekeeping.un.org/en/mission/past/unefi.htm>]. Disponibilidade: 19/05/2020.

\_\_\_\_\_. (2018) **Policy and guidance**. Publicado em [<https://peacekeeping.un.org/en/policy-and-guidance>]. Disponibilidade: 03/12/2018.

\_\_\_\_\_. Department of Peace Operations. (2008) **United Nations peacekeeping operations: principles and guidelines**.

\_\_\_\_\_. Security Council. (1978) **S/RES/425**.

NEWMAN, E.; PARIS, R.; RICHMOND, O.P. (2010). Introduction. In \_\_\_\_\_. **New Perspectives on Liberal Peacebuilding**. Tokyo: United Nations University Press.

ODENDAAL, Andries. (2013) **A crucial link: Local peace committees and national peacebuilding**. Washington, DC: United States Institute of Peace.

PARIS, R. (2004) **At War's End: Building Peace after Civil Conflict**. Cambridge: Cambridge University Press.

PARIS, Roland; SISK, Timothy D. (2009) Introduction: understanding the contradictions of postwar statebuilding. In \_\_\_\_\_. **The Dilemmas of Statebuilding**, Abingdon: Routledge, 15-34.

PETERSON, Jenny H. (2012) A conceptual unpacking of hybridity: Accounting for notions of power, politics and progress in analyses of aid-driven interfaces. **Journal of Peacebuilding & Development**, 7 (2): 9-22.

PUGH, Michael. (2004). Peacekeeping and critical theory. **International Peacekeeping**, 11 (1): 39-58.

\_\_\_\_\_. (2005). The Political Economy of Peacebuilding: A Critical Theory Perspective. **International Journal of Peace Studies**, 10 (2): 23-42.

\_\_\_\_\_. (2008) Peace Operations. In WILLIAMS, Paul D. **Security studies: an introduction**. Abingdon: Routledge.

Richmond, Oliver. (2008). **Peace in international relations**. New York: Routledge.

\_\_\_\_\_. (2010a) Beyond liberal peace? responses to " backsliding". **Contexto Internacional**, 32 (2): 297-332.

\_\_\_\_\_. (2010b) Resistance and the Post-liberal Peace. **Millennium**, 38 (3): 665-92.

\_\_\_\_\_. (2012) Beyond local ownership in the architecture of international peacebuilding. **Ethnopolitics**, 11 (4): 354-75.

RICHMOND, O. P.; MITCHELL (2012) A. **Hybrid Forms of Peace: From Everyday Agency to Post-Liberalism**. London: Palgrave Macmillan.

ROSATO, Sebastian. (2003) The flawed logic of democratic peace theory. **American Political Science Review**, 97 (4): 585-602.

RYAN, S. (2000) United Nations peacekeeping: A matter of principles?. **International Peacekeeping**, 7 (1): 27-47.

SCHOU, A. (2014) Conflict Resolution Attempts in Self-determination Disputes: The Significance of Local Minority Groups Concerns in the Philippines and Sri Lanka. **Ethnic and Racial Studies** 37, (2): 302–321.

SIEGLE, Joseph; O'MAHONY, Patrick. (2010) Decentralization and internal conflict. *In* CONNERLEY, E.; EATON, K. & SMOKE, P. (eds.). **Making decentralization work: Democracy, development, and security**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 135-166.

TOLEDO, A.; FACCHINI, J. (2017) Da transformação de conflitos à paz híbrida: uma análise das ideias de John Paul Lederach e Roger Mac Ginty. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, 4 (2): 153-174

ZAUM, Dominik (2007). **The sovereignty paradox: the norms and politics of international statebuilding**. Oxford: Oxford University Press (OUP).